

CONSTRUÇÃO DO OBJETO/SUJEITO DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Aila O. Serpa

Graduada em Ciências Sociais pela USP-SP e mestranda do PPGE-UFMT

Resumo: A partir da revisão bibliográfica de algumas obras de referência com relação a construção do objeto de pesquisa, este artigo visa trazer tratar de diferentes perspectivas com relação a construção do objeto/sujeito de pesquisa nas ciências sociais, concluindo que é possível conciliar diferentes perspectivas epistemológicas na pesquisa, desde que devidamente apropriadas.

Palavras-chave: Objeto de pesquisa. Perspectivas epistemológicas. Conciliação.

Os trabalhos científicos em ciências sociais, como a educação, geralmente partem de uma inquietação com relação à realidade e passam por um longo processo de cientificidade, de certificação de que seja válido e analisado enquanto questão científica. A compreensão do que é um objeto de pesquisa e sua definição no contexto da pesquisa necessariamente implicam nos métodos de aproximação, análise e conclusão; assim como o entendimento de que a ciência social é uma ciência não neutra, ela nunca é isenta e está inserida num contexto histórico e social. (FRIGOTTO, 1989)

Neste trabalho tratarei de algumas compreensões a respeito da construção do objeto de pesquisa, que no caso das ciências sociais se configuram também como sujeitos.

Começaremos por Marx (1999), não por uma primazia de sua teoria ou de seu método, mas por que ele é um dos primeiros autores a trazer à tona a necessidade de se considerar a gênese e função histórica de qualquer sistema de relações. Em “Natureza e Cultura” (1999) este autor trata da relação entre ciência e ideologia, na medida em que traz a tona o erro metodológico de desconsiderar a gênese e função histórica de qualquer sistema de relações (cultura) com intuito prático de justificar e imunizar a dominação, seja ela da classe burguesa, considerando, como o fazem os economistas clássicos, seu sistema de produção e instituições naturais, seja das religiões que também classificam as instituições em artificiais (a religião dos outros) ou naturais (a minha religião). Em “Para a crítica da economia política” (MARX, 1999) o autor delineia sua obra que tratará da “produção dos indivíduos determinada socialmente” e, acrescentaria eu, historicamente datada, de seus poucos e simples aspectos essenciais e das suas diversas articulações que

geram determinações variadas; ressaltando que é “necessário colocar em evidência as determinações que são válidas para a produção em geral a fim de não perdermos de vista a diferença essencial”. Continuando seu argumento central de que os economistas clássicos desconsideram a gênese histórica de seus objetos – o indivíduo e a produção – Marx (1999) critica a concepção de indivíduo desenvolvida por autores como os economistas Ricardo, Smith e Rousseau, na medida em que estes partem de um indivíduo não historicamente formado, mas naturalmente dado e a concepção abstrata de sociedade em que a produção segue as leis naturais e, por conseguinte, as instituições burguesas também.

Com relação à construção do objeto Marx (1999) nos chama à atenção de que tanto a concepção hegeliana de que o real é resultado do pensamento, quanto a inocência empirista de abarcar o concreto em sua completude são falsas noções que só podem ser esclarecidas quando se tiver claro que o objeto pesando, a concretude e realidade recortada pela mente do pesquisador é uma reconstrução histórica e socialmente problematizada do “sujeito real que subiste, tanto antes como depois, em sua autonomia fora da mente”. Com isso o autor nos traz contribuições epistemológicas para a construção e concepção do objeto e do método de análise do mesmo.

Durkheim (1987), por outro lado, tem como preocupação fundamental as **regras** do método sociológico destacando que antes de se pensar como proceder a análise sociológica, devemos definir o que cabe a ela, ou seja, definir os fatos propriamente sociais. Procurando sintetizar suas colocações ele define os fatos sociais como maneiras de ser, pensar e agir (que nada mais representam do que diferentes graus de consolidação das maneiras de agir) exteriores aos indivíduos e com poder coercitivo (que não necessariamente é sentido, a não ser quando negado). Em seu livro “As regras do método sociológico” (1987) ele nos revela sua preocupação em não confundir os fatos sociais com quaisquer fatos gerais na sociedade e com as “encarnações individuais”; sendo que apesar da especificidade do fato social (aquele que concerne à sociologia e que tem como substrato a sociedade) a sociologia não pode deixar de se interessar pelos fenômenos sociopsíquicos.

Num extenso exercício de crítica às ciências que vinham se dedicando às coisas sociais e não em fatos sociais, na medida em que acabam por incorrer no mesmo erro de substituir as maneiras de conceber a realidade pela própria realidade (como em Comte, que mesmo anunciando uma concepção de que os “fenômenos sociais são fatos naturais, submetidos a leis naturais”, no desenvolvimento de sua análise “tomou as ideias como

objeto de estudo”) Durkheim (1987) empreende o estabelecimento das regras para a sociologia. A regra fundamental estabelece que os fatos sociais devam ser compreendidos com coisas (dadas, oferecidas, impostas à observação), fenômenos sociais em si, externos aos indivíduos e que não sofrem mudança, apenas pelo ato da vontade do pesquisador. A partir das contribuições de Bacon, Comte e outros, Durkheim destaca uma regra negativa que preconiza que deve-se sempre fugir das armadilhas das pré noções, noções vulgares, “ídola”, empreendendo definição objetiva daquilo que irá tratar (com objetivo de delimitar e conhecer mesmo a “coisa” de que está cuidando); definição esta que deve partir de propriedades inerentes ao fenômeno e, dada facilidade de aproximação, mais exteriores, mas sempre com foco nas mais profundas e, por isso mesmo, de mais difícil acesso. O que nos leva à próxima regra de sempre considerar **grupos** de fenômenos definidos por caracteres exteriores e comuns já que não podemos segrega-los antes de conhecê-los profundamente. Por fim, assim como nas ciências naturais, o sociólogo deve empreender o máximo de distanciamento possível para garantir o maior grau de objetividade possível. Por fim ele nos coloca que pode ser que as noções e ideias realmente estejam na origem da vida social, mas não podemos chegar a essa conclusão a não ser pela realidade dos fenômenos coisificados para observação.

Em contraposição à Durkheim, podemos citar Weber e sua perspectiva compreensiva. Em sua obra “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” (2004) ele procura relacionar o “espírito” do capitalismo moderno à ascese própria da ética protestante e acaba por nos trazer contribuições quanto às possíveis aproximações e delineamentos do objeto de pesquisa. Após algumas críticas ao materialismo puro o autor coloca que não basta substituir uma interpretação causal ingenuamente materialista por outra unicamente espiritual já que ambas são possíveis e úteis desde que percebidas como etapas preliminares da pesquisa e não sua conclusão.

Logo no início do capítulo sobre o espírito do capitalismo, posteriormente por ele salientado como moderno, Weber deixa claro que uma definição do objeto só é possível de fato ao fim da pesquisa, pois antes disso não se o conhece bem o suficiente para engendrar tal intento. Segundo suas reflexões sobre as possíveis definições, ou melhor, delineamentos de um objeto de pesquisa sobressalta o fato de que a individualidade histórica de qualquer objeto nada mais é do que um “complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que **nós** encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua significação cultural”, assim cada ponto de vista gera traços essenciais próprios ao

mesmo objeto, o que ele entende como a natureza própria da formação de conceitos históricos.

Com a objetivo de explicar as intenções e princípios dos procedimentos metodológicos Bourdieu (1997) nos atenta ao fato de que a relação na pesquisa é sempre uma relação social e, portanto, essa mesma relação exerce influência nos resultados obtidos, cabendo ao pesquisador, por meio de sua capacidade reflexiva, controlar os efeitos da própria pesquisa. Ao tratar da “comunicação ‘não violenta’ ”, o autor problematiza as técnicas para a entrevista, considerando que mesmo com todos os cuidados para “*reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através dele*” é o pesquisador que inicia e dita as regras do jogo. Algo semelhante ocorre com a escrita, seja ela a transcrição de entrevistas ou a composição de teses, posto que “transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever”, assim a intervenção é difícil, porém necessária.

O que o leva, e também a nós, a refletir sobre a necessidade do que poderíamos chamar de alteridade, ou seja, o pesquisador deve ser capaz de “*se colocar em seu lugar (do pesquisado) em pensamento*”, o que supõe o máximo de conhecimento prévio e que se tenha claro que “*compreender e explicar são a mesma coisa*”. Se a relação na pesquisa é social, temos pesquisados e pesquisadores intervindo (in) conscientemente no processo de objetivação dessa pesquisa e resistindo à essa objetivação; porem Bourdieu (1997) conclui o capítulo ressaltando que o sociólogo não pode ignorar que assume, quando trata de seu objeto, “um ponto de vista sobre um ponto de vista”... “E é somente à medida que ele é capaz de se objetivar a si mesmo que pode... transportar-se em pensamento ao lugar onde se encontra seu objeto”.

Apesar das duras críticas que a noção de coisificação de Durkheim sofre, acredito ser possível uma aproximação entre esta noção e a percepção de Bourdieu de que cabe ao pesquisador controlar o máximo possível a relação com o seu objeto/sujeito de pesquisa, inclusive objetivando-se. Nos termos de Durkheim talvez pudéssemos dizer que cabe ao pesquisador a coisificação não só do objeto, mas também do pesquisador que procura entender esse objeto, percebendo-os o mais critica e objetivamente possível como sujeitos. Se considerarmos ainda, que a produção de Durkheim é anterior aos desenvolvimentos da psicologia e da noção de inconsciente, enquanto a de Weber e Bourdieu são posteriores podemos mais tolerantemente encarar a e até mesmo relacioná-la à outra, em alguma medida.

Considerando que estamos tratando da construção do objeto de pesquisa, em que se destacam as esferas subjetivas da percepção e construção, que devem partir das gêneses e considerar a situação histórica em que se desenvolve é que trazemos à baila Foucault. Em seu “Vigiar e Punir” (1987), obra cujo objetivo é traçar historicamente o nascimento das prisões Foucault acaba por tratar do nascimento de uma nova sociedade – a disciplinar; da emergência do homem moderno pela emergência da disciplina do detalhe e com ela um corpo de **processos, saberes e métodos** em que é possível conceber e utilizar os corpos e, portanto, perceber e construir o objeto/sujeito da pesquisa.

Foucault (1987) trata dos “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” destacando que houve mudança na concepção do corpo como objeto e alvo de poder que trazem técnicas de dominação que por meio dos recursos que utiliza articula e expõe os campos de saber-poder sobre o indivíduo, objetivado e dócil. Aqui cabe destacar a importância do exame nesta teoria, pois é a partir do poder de escrita proveniente dele que cada indivíduo se torna um caso, portanto objeto descritível, analisável, comparável e passível de distribuição numa população; estando no “centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”. O ciclo formação de saber – majoração de poder possibilita que as disciplinas atravessem o limiar “tecnológico” rompendo com estruturas epistemológicas, pois quando se pensa na entrada do indivíduo no campo do saber “é preciso ver o lado desses processos de escrita e de registro; é preciso ver o lado dos mecanismos de exame, o lado da formação dos dispositivos de disciplina e da formação de um novo tipo de saber sobre os corpos” em que cada um e todos disciplinam e são disciplinados; em que a percepção e construção do objeto/sujeito de pesquisa parte e perpassa esses mecanismos disciplinares e de registro.

Enquanto Marx (1999) inaugura a perspectiva histórica na análise social, Durkheim (1987; 1978) procura definir e validar uma ciência social em que há a supremacia do social sobre o individual, Weber (2004) por outro lado nos atenta que o entendimento desse social/real depende da conjuntura em que se está inserido e de como o próprio pesquisador se objetiva nela; o que nos leva a Bourdieu (1997) e Foucault (1987) em que se destaca que os sistemas de entendimento e de interesse em que nos inserimos são referenciados num conhecimento acumulado e “academizado” que se deve à emergência de uma sociedade moderna e disciplinar.

Abordando perspectivas cientificamente diferentes, a partir das quais se desenvolvem metodologias de trabalho diferentes e entendendo que, quando devidamente apropriadas, podem ser utilizadas no desenvolvimento do pesquisador e das pesquisas por ele engendradas, sem se transformarem em uma espécie de “sopa metodológica” (Lefebvre *apud* FRIGOTTO), é que destacamos que hoje a discussão sobre a construção do objeto de pesquisa nas ciências sociais não reside mais na possibilidade de isenção do pesquisador e sim no reconhecimento de que a ciência social é engajada e que a presença e percepção do pesquisador influenciam os procedimentos e conclusões, cabendo então a ele a árdua tarefa de vigilância dessa influência por meio de (auto)conscientização, ou poderíamos dizer objetivação ou ainda coisificação dessa presença e influência durante a construção do conhecimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, Pierre. “Compreender” In **A Miséria do Mundo**, p. 693-713. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, 3ed.

DURKHEIM, Emile, *Capítulos 1 e 2* In **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, 3ed.

DURKHEIM, Emile, **Os Pensadores: Durkheim**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional” In FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. “O Método da Economia Política” (texto 20) e Natureza e História (texto 12) In BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean Claude, PASSERON. Jean-Claude, **A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

WEBER, Max. “O ‘espírito’ do capitalismo” e “Ascese e capitalismo” In **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.